

NOVAS CARAS, NOVAS POLÍTICAS

NOVAS CARAS,
NOVAS POLÍTICAS

**VOTA
BLOCO.**

**ANA ISABEL
SILVA**
CANDIDATA
À CÂMARA MUNICIPAL

**ANTÓNIO
SOARES**
CANDIDATO
À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

POR SANTO TIRSO

**Bloco
de Esquerda**

Bloco de Esquerda Santo Tirso

Programa Autárquico 2021

ÍNDICE

1. Manifesto Autárquico	2
2. Trabalho	3
3. Serviços Públicos e Ação Social	5
4. Políticas de Igualdade	7
5. Ambiente e Causa Animal	10
6. Mobilidade e Transportes	11
7. Habitação e Urbanismo	12
8. Cultura e Património	14
9. Associativismo, Desporto e Lazer	16
10. Transparência e Combate à Corrupção	17
A. Candidaturas à Câmara Municipal e Assembleia Municipal	18
B. Candidaturas às Freguesias	18

Manifesto Autárquico

Santo Tirso conta com uma população na ordem dos 68.055, dos quais quase 15.000 até 24 anos e 15.674 com mais de 65. São 45.708 as pessoas em idade ativa. Com cerca de 61.879 eleitores, ocupa uma área de 136,5 km², sendo que a área agrícola é de 36 km² e a florestal de 62 km².

Apesar de conhecido pela sua tradição industrial, a verdade é que o ganho médio mensal dos trabalhadores assalariados ronda os 978,76 €, abaixo da média nacional. A par deste fator essencial que garante ou não condições dignas de vida, é nas questões ambientais e no bem-estar animal, no direito à habitação e na necessidade de mobilidade e transportes, no acesso à criação e fruição cultural até ao desporto, que o Bloco de Esquerda alicerça um programa que não deixa ninguém para trás.

Estas Eleições Autárquicas são marcadas pela primeira candidatura do Bloco de Esquerda no concelho. Santo Tirso tem importantes recursos naturais e uma história operária ímpar. Com mais de 20% da população abaixo dos 24 anos, é um dos municípios mais jovens. Mas há atrasos que comprometem o seu desenvolvimento. A falta de habitação com rendas acessíveis não atrai a população jovem e trabalhadora. A falta de transporte público dificulta as deslocações. Os baixos salários e o desemprego afastam quem gostaria de viver aqui. O concelho continua amarrado a políticas que já mostraram a sua incapacidade de desenvolver o território. Neste período especial de crise social e económica, tornou-se evidente que faltam políticas locais que combatam as desigualdades.

Novas Caras, Novas Políticas é o lema que nos move, numa candidatura jovem e que quer resgatar a esperança para um futuro melhor.

Trabalho

Para que Santo Tirso esteja mais resiliente num futuro próximo, é necessária uma diversificação das atividades económicas no concelho. É também necessário que haja uma aposta no desenvolvimento e investigação das empresas que cá se fixam. Para isto os incentivos e taxas municipais para a atração e fixação das empresas tem de ser repensado. Um dos pilares fundamentais da Câmara Municipal na captação de novas empresas tem de ser a existência de boas práticas laborais pelas mesmas. Este critério tem também de ser fundamental quando há concessões de serviços a empresas por parte do executivo.

A dignidade do trabalho e o emprego com direitos, num concelho com um historial de exploração sobre os trabalhadores, não pode ser só uma frase feita, mas deve tornar-se uma realidade do quotidiano de todos os tirsenses e, acima de tudo, daqueles que vivem do esforço do seu trabalho e do seu salário.

O Bloco propõe:

- Criação de um manual de boas práticas laborais da Câmara Municipal, erradicando, entre outros aspetos, o recurso a empresas de trabalho temporário para serviços permanentes do município, como é o caso dos jardineiros;
- Apoio a pequenas e médias empresas consoante cumprimento de boas práticas laborais, tais como contratação coletiva, erradicação de precariedade e respeito escrupuloso pelos direitos dos trabalhadores. O município pode utilizar taxas e outras contribuições, como a Derrama, para incentivar (ou não) a fixação no seu território de empresas não poluentes e que assegurem contratos de trabalho permanentes;
- Criação do Cartão-Presente de Santo Tirso, onde o comércio local tradicional pode participar numa rede de cheques-prenda local, fomentando a compra nos estabelecimentos tradicionais do concelho;
- Defender maior utilização pelo município das possibilidades que existem no Código dos Contratos Públicos de incluir no Caderno de Encargos (artº 42º nº 6) cláusulas que favoreçam:

- a) medidas de promoção da igualdade de género e da igualdade salarial no trabalho;
- k) a valorização da contratação coletiva;
- l) o combate ao trabalho precário.

Serviços Públicos e Ação Social

Apesar do valor médio taxado para ocupação de área em mercado no país ser de € 12,62, Santo Tirso taxa o valor mais alto a nível nacional de € 620,24. Este valor, muito acima daquilo que é praticado no resto do país, demonstra que há um desfasamento do papel de um Executivo autárquico que, ao invés de promover as feiras como um espaço público e um serviço à população, pretende utilizá-lo como mecanismo de enriquecimento, prejudicando assim feirantes e toda a população. Apesar dos valores praticados e da coleta de taxas que o município obtém a partir daí, o Executivo do PS nega-se a arranjar o pavimento do espaço da feira. Um assunto já levantado por várias vezes e que nunca conheceu solução.

O Bloco de Esquerda sempre denunciou o contrato ruinoso para os tirsenses da concessão da água à Indaqua. A solução passa pelo resgate desse mesmo contrato, remunicipalizando este serviço. Atualmente, foi feita uma nova negociação do contrato para baixar a taxa da água. Como contrapartida ficamos reféns da mesma empresa por mais 15 anos do que os 50 inicialmente estabelecidos. Apenas com um serviço de água público conseguimos responder às necessidades dos tirsenses e retiramos das mãos dos privados um bem comum e um serviço público que deve ser de todos.

A par desse problema da gestão neoliberal do PS, as taxas elevadas de resíduos são também das mais elevadas, afastando as pessoas de escolherem Santo Tirso para viver.

No que toca à Educação, o Bloco de Esquerda tem vindo a acompanhar o problema da precariedade das cozinheiras das cantinas do concelho de Santo Tirso. O que outrora foi uma contratação feita pelo Governo Central e pelas escolas, hoje é um serviço concessionado a uma empresa privada que não respeita o código do trabalho e deixa muito a desejar quanto à quantidade e qualidade da alimentação apresentada. As crianças e os jovens de Santo Tirso merecem refeições condignas e esse é um dos objetivos do Bloco de Esquerda: voltar a ter cozinheiras nas escolas sem recurso a outsourcing.

Na área da Saúde, preocupa-nos o paulatino envelhecimento da população e a necessidade de preparar serviços de apoio ao domicílio e aumentar os rastreios de vários tipos de patologias de forma a apostar mais na prevenção e menos no combate às consequências. Em conjunto com o Serviço Nacional de Saúde e a ARS-Norte, é objetivo

do Bloco criar equipas de apoio a pessoas que usam drogas, doentes crónicos com apoio permanente e uma nova política pública para os cuidadores informais.

Por fim, não podemos esquecer duas matérias da maior importância: o saneamento básico que ainda não chega a uma parte considerável das habitações do concelho e o desaparecimento progressivo de multibancos nas freguesias, instrumento que tem vindo a ser cada vez mais utilizado por toda a população.

O Bloco propõe:

- Garantia de saneamento básico em todos os arruamentos do concelho;
- Reposição e colocação de mais multibancos em todas as freguesias;
- Redução das taxas para os feirantes;
- Remunicipalização dos Serviços de Água;
- Criação de gabinete de apoio ao cuidador informal;
- Criação de uma rede de creches a partir do edificado do município;
- Apoio às famílias no pagamento da mensalidade de creches;
- Aumento da rede de centros de dia;
- Terminar com o outsourcing do serviço de cantina nas escolas do município;
- Aposta numa política de saúde de prevenção, com rastreios permanentes e ambulatorios;
- Fornecimento gratuito de água e fruta em todas as escolas do concelho.

Políticas de Igualdade

Uma cidade progressista, que lute pela igualdade é garantia de crescimento e prosperidade. O respeito pelo outro e pela diferença é fundamental se queremos que mais pessoas escolham a nossa cidade para viver.

A violência doméstica é o crime tipificado na lei que mais mata em Portugal. No relatório da APAV sobre Violência Doméstica, contata-se que entre abril e outubro de 2020, 1/3 dos inquiridos num estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) diz ter sido vítima de violência doméstica durante a pandemia, sendo que 15% afirmou que tinha sido em casa. As mulheres foram quem mais sofreram de violência doméstica (15,5%) sendo que 13,1% dos casos corresponde a violência contra indivíduos do sexo masculino.

Neste relatório, percebe-se que os casos são transversais, mas tem especial relevo nos jovens e nos menos escolarizados. Percebe-se ainda que: quem tem mais dificuldades económicas ou quem ficou sem emprego é quem mais refere ter sido vítima. Sendo que: 13% sofreram de violência psicológica; 1% sexual; e 0,9% física.

Apesar de uma cada vez maior visibilidade da comunidade LGBT, a par dos históricos avanços políticos e legislativos que Portugal deu nas últimas duas décadas, há ainda um longo caminho a percorrer nos direitos LGBTI+. Continuam a existir dificuldades para muitas pessoas LGBTI no acesso a serviços, no acesso à habitação, na educação, e no dia-a-dia. É nesse sentido que o papel de uma Câmara Municipal pode ser determinante.

A garantia de acesso a Direitos Humanos e uma política forte de combate a todas as discriminações deve ter um enquadramento local e de proximidade. Um concelho livre de opressões precisa de instrumentos que garantem esse desígnio, como uma Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), que deverá manter ligação próxima com associações do setor, entidades de saúde e outras. Neste momento, a Câmara Municipal de Santo Tirso é das poucas da Área Metropolitana do Porto que não tem um Plano Municipal para a Igualdade.

O Bloco propõe:

- Plano Municipal para a Igualdade de Género, combatendo a violência sobre as mulheres;
- Plano Municipal LGBTI+, de forma a apoiar vítimas de homofobia e transfobia;

- Ações de formação nas escolas para o combate à discriminação;
- Programas nas escolas de prevenção de violência no namoro.

Ambiente e Causa Animal

Santo Tirso é um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto com pior recolha de lixo. Os números indicam que a proporção de resíduos urbanos depositados em aterro é de 24%, colocando-nos no 10º pior concelho. Também na proporção de resíduos recolhidos seletivamente estamos abaixo da AMP (20%) com apenas 13%. Não é apenas porque as fotografias dos caixotes do lixo não recolhidos causam mal estar e vergonha. A má recolha do lixo leva a que as zonas onde ele é depositado se tornam potencialmente perigosas para a saúde pública e porque a escassa recolha seletiva (reciclagem) perpetua um modelo de produção de lixo anacrónico e altamente prejudicial para o meio ambiente.

Os incêndios florestais são outra das nossas preocupações. As viragens do milénio, a par com as alterações climáticas, aumentaram progressivamente os fenómenos climatéricos extremos. Os incêndios florestais, todos os verões, tornam-se um verdadeiro inferno para as populações e quem os combate. Nesse sentido, todo o investimento que possa ser efetuado na profissionalização de mais bombeiros e no reforço dos meios da Proteção Civil devem ser tidos em conta. De acordo com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), Santo Tirso é um dos 3 municípios do distrito do Porto sem ter um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, com parecer vinculativo positivo do ICNF. Isto demonstra uma irresponsabilidade e desleixo contra a possibilidade sempre presente de incêndios rurais. A inexistência deste plano poderá traduzir-se em sanções financeiras pela Direção-Geral das Autarquias Locais como a retenção de 20% das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Assim, este executivo para além de estar a colocar em risco as populações em caso de incêndio, coloca também em causa a própria viabilidade económica da autarquia.

Santo Tirso, ao contrário de muitos outros municípios não tem uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC). Embora aprovado em 2017, nunca foi publicado nem posto em prática.

O incêndio no canil da Agrela, no verão de 2020, foi a prova de que o município não tem tratado bem dos nossos animais. O rasto de brutalidade deixado naquela mata onde, ilegalmente, funcionava um abrigo para cães, chocou o país. Em boa hora e ainda antes da tragédia, o Bloco de Esquerda visitou e reuniu com os serviços veterinários do município, constatando que faltavam recursos humanos e um espaço condigno para tratar dos animais do concelho. Essas previsões vieram a confirmar-se da pior forma e

passado mais de um ano, a Câmara Municipal continua a não apresentar reais melhorias neste setor.

O Bloco propõe:

- Discussão e aprovação de um Plano Municipal contra Incêndios;
- Otimização da recolha do lixo, com dias específicos para a reciclagem e o aumento da frota de veículos de recolha;
- Maior fiscalização sobre canis ilegais, a par de um verdadeiro investimento na contratação de mais veterinários e a ampliação do canil municipal;
- Desenvolvimento do programa 100 mil árvores;
- Monitorização em todas as freguesias da qualidade do ar, com ecrãs com divulgação desta informação a toda a comunidade;
- Investir em espaços verdes em todas as freguesias;
- Levantamento sobre zonas que precisam de reabilitação, tornando-as áreas de reabilitação urbana (ARUS);
- Instalação de painéis informativos sobre conforto bioclimático e qualidade do ar;
- Criação de uma estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas;
- Divulgação ampla pelas escolas e espaços públicos, materiais didáticos para ajudar à compreensão de necessidade de estratégias de adaptação às alterações climáticas;
- Criação de um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios aprovado pelo ICNF;
- Negociação de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Associação de Amigos dos Animais de Santo Tirso (ASSAST). A Câmara tem de garantir de forma urgente o saneamento a esta associação de maneira a garantir a sua legalização. Tem também de garantir apoios alimentares e veterinários pelos animais que esta associação adota diretamente no canil/gatil municipal quando este deixa de ter capacidade.

Mobilidade e Transportes

Santo Tirso é dos concelhos da área metropolitana do Porto onde mais se usa o transporte individual para deslocações. 77% da população tirsense usa transporte individual para as suas deslocações diárias. Apenas 5% recorrem a transportes públicos. (restantes vão a pé ou usam outros meios de transporte coletivo que não públicos). Não será portanto surpresa que quase 40% da população gaste mais de 100 euros de combustível todos os meses. É necessária uma política que transforme o uso do carro e o combustível fóssil pela mobilidade amiga do ambiente e coletiva.

O Bloco propõe:

- Fim do contrato de concessão dos transportes municipais;
- Transportes públicos alargados às várias freguesias do concelho;
- Alargamento dos horários da TUST, de forma a responder às necessidades dos trabalhadores noturnos e por turnos;
- Renovação progressiva da frota de autocarros de forma a adquirir viaturas elétricas;
- Rede de aluguer de bicicletas elétricas com pontos de recolha espalhados pelo município;
- Serviço de transporte gratuito para crianças e jovens entre a escola e casa.

Habitação e Urbanismo

Nas últimas décadas, a maior parte das famílias foram empurradas a comprar casa própria. Ainda atualmente, o mercado de arrendamento é profundamente deficitário. A casa não cumpre apenas a função de abrigo, de construção familiar ou lazer, é também o lugar onde se cruzam a propriedade e as desigualdades sociais. Não ter acesso a habitação adequada é talvez a mais séria manifestação de exclusão social e a privação habitacional é uma das formas mais graves de pobreza e várias razões concorrem para tal, entre elas a política de apoio à aquisição de habitação própria através do regime de crédito bonificado e que obteve maior dotação orçamental que qualquer outra política de habitação.

Em Santo Tirso, existem historicamente os bairros operários, construídos pelas empresas e vendidas as casas, mais tarde, aos seus antigos trabalhadores ou outros compradores. Porém, não existe ainda um verdadeiro serviço público de habitação a não ser o modelo ultrapassado dos bairros sociais. É necessário revitalizar o parque habitacional do concelho e imprimir políticas que garantam habitação a preços acessíveis sem criar novos guetos e discriminações sociais.

A par da necessidade de aposta na habitação enquanto direito, o Bloco preocupa-se ainda com a segurança pública e rodoviária, apontando como urgente e necessário a construção de mais passeios e melhoramento da iluminação pública.

O Bloco propõe:

- Aumentar o parque habitacional disponível, com preços controlados para novas famílias, estudantes e população mais velha;
- Ajustar a taxa de IMI consoante a localização;
- Prédios devolutos devem ter uma taxa de IMI agravada;
- Levantamento dos prédios devolutos existentes e, em conjunto com o proprietário, investir na sua requalificação com a contrapartida de o mesmo servir para arrendamento acessível;
- Levantamento verdadeiro e exaustivo de pessoas a viverem em condições indignas para o relatório nacional do 1º direito;
- Estratégia Local Habitação com um plano de obras a curto, médio e longo prazo;

- Reabilitação do Mercado Municipal e incentivos de atração de mais comerciantes de produtos locais, assim como a inclusão de uma zona de refeições;
- Proliferação dos serviços de casas de banho públicas por todo o concelho.

Cultura e Património

A Cultura sempre foi o parente pobre das políticas públicas em Portugal. O Estado Central, apesar de algumas nuances entre as governações, nunca foi capaz de atingir 1% dos Orçamentos do Estado para o setor. Esse descrédito na importância, por um lado, da criação e fruição culturais e, por outro lado, na preservação do património material e imaterial do nosso território, deixa ao esquecimento um potencial criativo e a nossa história.

Tal como no setor da habitação, tem cabido ao Poder Local Autárquico as parcas políticas públicas na Cultura e no Património. Há, em vários territórios do país, exemplos de redes regionais de criação e fruição culturais, roteiros do património histórico, linhas de apoio e concursos para financiamento no mundo das artes do espetáculo.

A realidade de Santo Tirso é diferente. O Museu Internacional de Escultura Contemporânea, que representou um importante projeto para a cidade, leva as artes plásticas para o espaço público. Porém, a original e vanguardista solução encontrada não suprime um conjunto de outras falhas que o concelho continua a sentir no acesso à criação e fruição culturais.

Logo no centro da cidade de Santo Tirso, podemos visitar duas antigas estruturas culturais abandonadas. Tanto o Teatro no Parque D.^a Maria II como o Cineteatro estão desativados e em estado de degradação. Quem tem garantido o acesso à Cultura em Santo Tirso são, em grande medida, as associações musicais, ranchos, grupos amadores de teatro. Para além de apoiar estas estruturas locais, é preciso um plano a curto, médio e longo prazo para o setor. Num concelho com uma história secular, uma identidade operária forte, valiosos espaços de património natural e arquitetónico, é urgente salvaguardar a sua identidade e apostar em quem cria.

O Bloco propõe:

- Criação do Roteiro do Património Industrial do Vale do Ave;
- Reabilitação do Teatro no Parque D. Maria II como novo espaço cultural multiusos como Casa da Cultura, preparada para aluguer de espaços a bandas musicais, companhias de teatro e residências de artistas;
- Linha de apoio à criação artística na música, teatro, dança e artes plásticas;

- Criação de um centro de Ciência Viva sobre a Indústria Têxtil para preservar o conhecimento do património industrial e do conhecimento técnico e científico produzido na região do Vale do Ave

Associativismo, Desporto e Lazer

Para o Bloco o desporto de formação integral dos nossos jovens deve assentar numa aposta para o desenvolvimento de Santo Tirso enquanto comunidade crítica e saudável. Nessa demanda, assumem um papel essencial o setor do desporto e do associativismo juvenil, cultural e de recreio.

A pandemia da Covid-19 provocada pelo novo coronavírus SARS-COV-2 tornou-se não apenas uma crise da saúde pública, mas também uma crise socioeconómica que afeta os mais variados setores. O universo do associativismo foi uma das áreas das políticas públicas mais afetadas pela crise. O cancelamento de grande parte dos planos de atividades e outras iniciativas em curso por parte do tecido associativo tem criado dificuldades de tesouraria, às quais deve existir uma forte resposta do Estado nesta altura.

A crise pandémica está a criar graves dificuldades financeiras a muitos clubes e associações no concelho. A sustentabilidade destas entidades está a ser posta em causa pelo próprio facto de grande parte das suas atividades não poderem ter sido realizadas. O papel do ativismo e voluntariado destas comunidades na coesão territorial e no combate à exclusão social é indiscutível. Nesse sentido, o Bloco quer apoiar este tecido, de forma a garantir mais transparência nos apoios e democratizar as ajudas que o município pode e deve dar.

Por outro lado, precisamos também de políticas públicas que aumentem a qualidade da gestão na área do desporto e do recreio. A aposta na formação de quadro deve poder contar com um papel ativo do executivo camarário.

O Bloco propõe:

- Auditoria aos apoios concedidos a cada associação desportiva/clube e criação de um regulamento público para candidaturas a fundos para o efeito, com total transparência e justiça;
- Criação de um núcleo de jogos tradicionais no Parque D. Maria II e noutros jardins do concelho;
- Reabilitação de Valinhas como Parque Natural;
- Gabinete de Apoio ao Desporto e participação na formação contínua de técnicos das associações desportivas e os pais dos atletas;

Transparência e Combate à Corrupção

Infelizmente, por várias vezes ouvimos o nome do nosso concelho e os seus principais responsáveis políticos em notícias que em nada dignificam aquilo que deveria ser o cumprimento da missão pública autárquica. A par dessa falha permanente à ética republicana por parte do atual Executivo do PS, é necessário apostar numa Câmara Municipal de portas abertas. Isso significa não só melhorar o atendimento ao munícipe mas, acima de tudo, aproximar a política dos eleitores.

Esse desígnio é conseguido através de políticas que combatam o obscurantismo e a opacidade, marcas do arrastar das mesmas caras e das mesmas opções há demasiado tempo em Santo Tirso.

O Bloco propõe:

- Criação de um Código de Conduta que obrigue todos os titulares de cargos executivos na Câmara Municipal a declararem publicamente os seus rendimentos e património;
- Simplex do site da Câmara Municipal, de forma a garantir uma utilização simples e rápida;
- Disponibilização online de todos os documentos aprovados nos órgãos autárquicos em cinco dias úteis após a data da reunião em causa;
- Transmissão online e em direito de todas as reuniões de Câmara e Assembleia Municipal;
- Abertura de todas as reuniões de Câmara, terminando assim com a regra injustificada de abertura de metade delas;
- Promoção de reuniões de Câmara e Assembleia descentralizadas e em horários que permitam os trabalhadores assistirem.

A. Listas Candidatas

Câmara Municipal

Ana Isabel Silva, 26 anos, Investigadora Científica

Assembleia Municipal

António Soares, 19 anos, Estudante do Ensino Superior

B. Candidaturas às Freguesias

União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães

Paulo Jorge Oliveira, 44 anos, controlador de qualidade

União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira

Tatiana Vilas-Boas, 20 anos, operadora de caixa

Vila Nova do Campo

João Rompante, 29 anos, engenheiro de higiene e segurança no trabalho

Vila das Aves

Berta Soares, 32 anos, administrativa

DIA 26 DE SETEMBRO,



VOTA BLOCO!